

POTENCIALIDADES EM TORNO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL

Potentialities around Tourism in the Rural Space in Mato Grosso do Sul Quilombo Territories

DOI 10.55028/geop.v18i34

Leticia Ferreira Xavier*

Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Dyego de Oliveira Arruda***

Resumo: A pesquisa teve como objetivo compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em territórios quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observações e análise documental. Os resultados encontrados demonstram a possibilidade de desenvolvimento dos territórios quilombolas a partir da implementação da atividade turística, bem como a promoção do desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda, a participação comunitária, promoção de novos roteiros turísticos, além da preservação do patrimônio sociocultural dos grupos.

Palavras-chave: Turismo no Espaço Rural (TER), Comunidades Quilombolas, Agricultura Familiar.

Abstract: The research aimed to understand the territorialities within the scope of the possibility of disseminating tourism initiatives in rural areas in quilombola territories that develop activities

Introdução

O processo de organização, produção e reprodução das estruturas territoriais ocorrem através da relação entre os grupos que o coordenam, seja o Estado, os agentes sociais e as instituições (Denez, 2016). Um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida de configuração sociológica, geográfica e histórica, este, é cercado por atores que disputam interesses nas dimensões econômica, política, cultural e da natureza (Haesbaert, 2004; Saquet, 2015).

A articulação dos grupos produz as territorialidades existentes no território, assim, o fator condicionante para

* Graduada em Administração pela UFMS. Mestrado e Doutorado em Administração pela Escola de Administração e Negócios (ESAN) da UFMS. Atualmente docente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. E-mail: letis.xavier@gmail.com.

** Graduado em Geografia pela UNESP, Mestre em História Social pela PUC/SP e Doutor em Geografia Humana pela USP. Atualmente é professor da UFMS, lecionando na graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e Estudos Fronteiriços (PPGEF/CPAN) da instituição. E-mail: miltmari@terra.com.br.

*** Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Administração pela UFMS. Doutor em Administração de Organizações pela USP. Atualmente é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), lecionando em cursos de graduação e no Programa de Mestrado em Relações Étnico-Raciais (PPREER) da instituição. E-mail: dyego.arruda@gmail.com.

related to family farming in Mato Grosso do Sul. Data were collected through semi-structured interviews, observations and document analysis. The results found demonstrate the possibility of developing quilombola territories based on the implementation of tourist activities, as well as the promotion of economic development, generation of work and income, community participation, promotion of new tourist routes, in addition to the preservation of the sociocultural heritage of groups.

Keywords: Rural Tourism, Quilombola Communities, Family Farming.

produção e existência da territorialidade é a própria interação entre os indivíduos. A construção social transforma o conteúdo humano em território, portanto, a territorialidade perfaz interações de diferentes ideologias, discursos, conflitos, identidades e práticas para reprodução, apropriação e uso do território (Sack, 1983).

Com as transformações contínuas do território, tem-se modificações das territorialidades, com isso, há interferências no processo de desterritorialização, atuando na produção de novas territorialidades, assim como, na reconstrução do território afetando a reterritorialização territorial. Com isso, abordamos o processo de territorialização, no âmbito da agricultura familiar e no turismo no espaço rural, e os novos sentidos dados ao território com a integração das atividades. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa contribui para o conhecimento do turismo no espaço rural na agricultura familiar quilombola. O crescente cenário do turismo no espaço rural cria possibilidade de estudos aprofundados sobre a temática. A interação dos turistas urbanos com as famílias rurais valoriza o trabalho no campo, as tradições, hábitos e costumes, em consequência, resgatando a autoestima do produtor rural (Cánoves *et al.*, 2009).

Roque e Vivian (1999) e Mendonça, Batalha e Silva (2011) apresentam um conjunto de estratégias voltas ao desenvolvimento do turismo no espaço

no espaço rural, na qual devem contemplar, a criação de legislações, planos de desenvolvimento em níveis federal, estadual e municipal, qualificação da mão de obra, definição das diversas tipologias da atividade, mudança dos programas de incentivo a atividade, valorização dos produtos vindo das comunidades, como criação de um selo de qualidade, fortalecer a divulgação das áreas que possuem o turismo, e suporte e orientação para contribuir para o desenvolvimento do negócio.

Considerando esta perspectiva, entende-se que os territórios quilombolas, através da união da agricultura familiar e do turismo no espaço rural, podem diversificar suas fontes de renda, melhorar a qualidade de vida e a manutenção do próprio território. Sendo assim, emerge a seguinte questão de pesquisa: É possível entender a agricultura familiar e, nesse processo, descortinar o modo como o turismo no espaço rural pode se manifestar nos quilombos?

No Mato Grosso do Sul são 22 territórios quilombolas, sendo que 72% dos territórios estão em áreas rural. Os quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Economicamente, a renda principal e complementar dos territórios deriva da comercialização da agricultura familiar, do artesanato, da produção cultural, do turismo e da venda de produtos feitos nas comunidades.

Os territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul enfrentam historicamente a invisibilidade e a expropriação de seus territórios de uso tradicional, além de sobreviver com a falta de políticas públicas próprias, situações de precariedades e a dependência econômica. Arruda, Mariani e Nolasco (2021) afirmam que as condições precárias de sobrevivência oportunizam um olhar decolonial as comunidades quilombolas, que interrogam os modos hegemônicos, buscam a garantia de empoderamento e sobrevivência dos territórios em função da criação de suas próprias narrativas.

Para os territórios quilombolas, localizados na área rural, utilizar o ambiente natural para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, pode ser uma oportunidade de despertar o interesse de turistas atraídos na história, na culinária e na cultura do território (Schmidt; Mota; Souza, 2017). Entende-se que o turismo no espaço rural pode se inserir nos territórios quilombolas, com o intuito de fomentar uma modalidade de turismo que aproveita os recursos naturais e culturais existentes nos lugares de maneira sustentável, se diferenciando do turismo convencional (Zamignan; Sampaio, 2010). Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em comunidades quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul.

O turismo no espaço rural

No Brasil, o TER, se iniciou em 1985, no estado de Santa Catarina, no sul do país, a região era conhecido pelo movimento turístico, cercado de investimento na pecuária e na exploração da madeira. Em 1986, com a escassez da madeira nativa, os produtores rurais, abriram suas propriedades rurais para visitação durante os finais de semana e oferecia vivencia um dia-a-dia na fazenda (Zimmermann, 1996). Os turistas permaneciam na fazenda em tempo integral, do café até ao anoitecer, e participava de atividades como toca de ovelhas, inseminação artificial e outras, essas práticas, foram chamadas de agroturismo, e oportunizou a origem dos hotéis-fazenda, ofertava a possibilidade de pernoite aos turistas.

Com a crescente da atividade, a partir dos anos 1990, o poder público começa a incentivar os proprietários rurais a ofertar produtos turísticos no espaço rural. Fletcher e Cooper (1996) apontam que a transição das propriedades rurais para uma propriedade comercial exige um plano de estratégias que contemple conhecimentos e habilidades gerenciais para que o produtor rural saiba lidar com a atividade. O Turismo no Espaço Rural (TER) seria uma alternativa para o intenso êxodo rural e para os problemas econômicos e de baixa valorização do meio rural. A atividade proporcionava uma fonte de renda alternativa, motivação ao produtor a permanecer no ambiente rural, melhorias na infraestrutura das propriedades e da região e na qualidade de vida decorrentes da atividade (Davidson, 1992).

De acordo com Candiotto (2015), em 2004 o governo federal brasileiro adotou o conceito de Turismo no Espaço Rural. Por meio do documento Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o governo brasileiro decretou que Turismo no Espaço Rural (TER) contemplaria “os equipamentos localizados na área rural que desenvolvem atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária e a cultura rural” (Brasil, 2004, p. 7).

Segundo o documento Turismo Rural: Orientações Básicas (Ministério do Turismo, 2010), o conceito de Turismo no Espaço Rural pode ser compreendido como atividade turística exercida em áreas geograficamente rurais, o espaço, não necessariamente precisa ser dentro da propriedade, mas a qualidade da paisagem externa da região. Este segmento turístico beneficia a comunidade em que se insere, através de passeios, atrativos naturais e artificiais. O documento afirma que o Turismo Rural está inserido na modalidade, assim como, o Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo Cultura e Turismo Esportivo, várias modalidades turísticas.

O turismo no espaço rural, reflete a “nova” ruralidade aos espaços rurais, os benefícios da pluriatividade a agricultura-familiar, que poderia oferecer meios alternativos para geração de renda e trabalho, a preservação da identidade, reforçando a tradicionalidade, a paisagem e o patrimônio (Santos, 2013). Surge como uma nova função do espaço rural, sendo atividade capaz de constituir propriedades estratégicas para o desenvolvimento rural, atuando na preservação cultural, ambiental e no desenvolvimento socioeconômico (Valente; Figueiredo, 2003).

Araújo (2000) considera o turismo no espaço rural sinônimo de sobrevivência dos produtores rurais, visto que as atividades agropecuárias estão cada vez mais competitivas, principalmente com a concorrência internacional e o incentivo a tecnologia na produção. O turismo no espaço rural oportuniza aos turistas práticas não convencionais de turismo. O objetivo principal é a inserção dos turistas nas práticas, nos valores, tradições culturais e gastronômicas das sociedades rurais. Intercede junto ao desenvolvimento local, a implementação do Turismo no Espaço Rural, interfere não somente a valorização da economia do meio rural, mas também nos aspectos históricos e cultural de cada região.

Procedimentos metodológicos

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que possibilita a inserção do pesquisador de forma mais aprofundada no objeto de pesquisa.

Os territórios quilombolas são objetos valiosos de pesquisa, são campo de estudos para diversas áreas das ciências sociais e humanas (Monteiro, 2017). Esses grupos carregam uma carga histórica de superação territorial, racial e humana, que vem dos períodos colonial e imperial (1500) que contribuíram para formação histórica da cultura brasileira através da forma oral, com ditados e provérbios, personagens folclóricos, bem como a religião e a culinária (Soares; Machado, 2017).

Quanto às características da pesquisa é definida como exploratória e descritiva, pois, pretende ampliar o conhecimento sobre determinado objeto e contribuir no desenvolvimento de outros estudos. Assim, a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com determinado problema pouco ou sem nenhum estudo anterior, a fim de identificar e obter informações mais explícitas do problema ou questão (Collis; Hussey, 2005). Está relacionado a compreensão da concepção na qual o fenômeno é produzido, isto, infere não apenas na descrição ou procura de conclusões sobre o problema de pesquisa.

É, também, descritiva porque busca descrever o comportamento dos fenômenos em estudo, as territorialidades que envolvem os territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul. A pesquisa descritiva, descreve sistematicamente um deter-

minado evento, problema-fenômeno ou característica para evidenciar a estrutura e o comportamento de um fenômeno (Richardson, 2017).

Em relação ao processo, a pesquisa é qualitativa, assim os elementos da pesquisa quantitativa não conseguiriam atingir os objetivos desejados. Compreendida como o método subjetivo, que tem a habilidade de identificar a relação entre o objeto em estudo e os processos metodológicos já definidos, sugere uma abordagem interpretativa e naturalista (Flick, 2009). Creswell (2014) assegura que a abordagem qualitativa utiliza percepções filosóficas, métodos de investigação, instrumentos de coleta e análise de considerações particulares para o desenvolvimento da pesquisa.

Para a pesquisa, foram escolhidos cinco territórios quilombolas, considerando os requisitos de pertencerem a agricultura familiar, inserção no espaço rural e ter acessibilidade ao território. Os territórios quilombolas, foram escolhidos por tipicidade, que consiste em selecionar elementos que o pesquisador considere representativo, que seja capaz de extrair suas especificidades (Vergara, 1990). Os territórios escolhidos contemplavam os requisitos básicos e dois dos selecionados já realizavam atividades turísticas. A pesquisa é um estudo de multicasos, para pesquisas de multicasos, os casos devem apresentar semelhantes que caracterizem por algum aspecto em comum (Stake, 2006). Os casos escolhidos são territórios quilombolas localizados no Estado do Mato Grosso do Sul, que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar.

Com a construção do referencial teórico e a definição do objeto de pesquisa, foi organizado os instrumentos para coleta de dados, contendo, roteiro de entrevista semiestruturado, análise documental e observações (Laville; Dione, 1999). O roteiro tem a finalidade de compreender questões relacionadas à origem, aos aspectos culturais e políticos, além do relacionamento com o turismo, pois, alguns dos territórios evidenciavam a presença das atividades turísticas. As entrevistas foram realizadas com os presidentes (as) de cada associação e membros dos territórios quilombolas. A partir do levantamento documental foi possível analisar leis, programas, decretos, relatórios antropológicos, atas e documentos científicos. Após as entrevistas serem realizadas e gravadas, foram transcritas separadamente. Os registros contidos nas entrevistas, permite trazer informações diretamente do objeto, analisando suas motivações.

Após a transcrição os conteúdos foram analisados por meio da análise de conteúdo. A análise de conteúdo, para pesquisa qualitativa, não se limita à descrição, mas alcançar um entendimento aprofundado do conteúdo das mensagens por meio da interpretação e da inferência. O analista de conteúdo, não faz interpretações somente sobre os conteúdos, mas também sobre as percepções ocultas conscientes e inconscientes dos sujeitos da pesquisa (Moraes, 1999).

O turismo no espaço rural quilombola

No Mato Grosso do Sul são 22 territórios quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares localizados no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que 18 estão em processos de regularização fundiária junto ao Incra, somente quatro territórios estão em processo avançado para conquista do título definitivo: Chácara do Buriti, em Campo Grande; São Miguel, em Maracaju; Furnas do Dionísio, em Jaraguari; e Furnas da Boa Sorte, em Corguinho. A regularização do território é importante para os quilombolas, o reconhecimento da identidade quilombola auxilia em diversas questões como “abertura de conta em banco, obtenção de crédito, registros, auxílio médico, obtenção de documentação, regularização de cadastro em programas do governo, solução de disputas fundiárias, aposentadoria e pensões, entre outros auxílios” (Oliveira, 2009, p. 153).

Para os territórios quilombolas, localizados na área rural, utilizar o ambiente natural para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, pode ser uma oportunidade de despertar o interesse de turistas atraídos na história, na culinária e na cultura do território (Schmidt, 2014). Além da ruralidade nos territórios, o turismo impulsionaria a pluriatividade e diversificação das fontes de trabalho e renda, a preservação da identidade, paisagem e o patrimônio (Santos, 2013). Na sequência, o quadro 01 abaixo apresenta as características quanto a localização, tamanho e fonte de renda dos territórios da pesquisa.

Quadro 01 – Características dos Territórios Quilombolas

Territórios	Localização	Área (ha)	Fonte de Renda
T1	Campo Grande	43	Hortaliças
T2	Jaraguari	1.018,27	Artesanato, Agricultura e Turismo
T3	Corumbá	Não delimitada	Pesca e Agricultura
T4	Corumbá	Não delimitada	Pesca
T5	Aquidauana	Não delimitada	Turismo e Agricultura

Os territórios quilombolas T3 e T4, estão localizados na região ribeirinha do município Corumbá, próximos as margens do Rio Paraguai, mas apesar da proximidade ao rio as estruturas dos territórios são distintas, T4 possui um território delimitado e organizado, a principal fonte de renda é da agricultura, o território produz hortaliças e atua na atividade de pesca, com a falta de estabilidade na produção e fatores estruturais segundo a associação “tem que ter uma área boa, Corumbá é quente tem que ter cobertura e é muito caro” o território comercializa seus produtos para pequenos mercados de Corumbá.

O território T4 possui uma localização desprivilegiada, com ausência de estruturas de moradia, segurança e trabalho prejudicada, a origem da renda está associada a atividade de pesca “A maioria são pescadores profissionais, com carteira”, os membros da comunidade são terceirizados por outras empresas privadas vinculadas a atividade de pesca no município. Os potenciais de turismo de pesca no território são evidentes, a associação ainda evidenciou o desejo de aliar a pesca com culinária e torna-se ponto turístico.

T2 e T5 são territórios que atuam na agricultura familiar e no turismo. T2, em Jaraguari/MS, produz pequenos plantios de legumes e verduras e a rapadura que são comercializados no CEASA de Campo Grande/MS no próprio território e em mercados. A prática do turismo no território se iniciou em torno dos anos 2000, “e o turismo já estava aqui dentro e as pessoas não percebiam os moradores não queriam, pessoas fechadas” diz o responsável por iniciar a atividade no território, que atualmente acompanha a atividade com a prática de trilhas e visitas ao território.

Com os anos, cresceu as possibilidades de turismo em T2, o território passou a receber turistas de diversos lugares e as agências de turismo de Campo Grande/MS se interessaram pelo lugar e oferecer o passeio aos turistas. A limitada experiência com a organização, estruturação de roteiros e dinâmicas do turismo faz com que o território faça parcerias com agências de turismo para atrair mais pessoas, no entanto, todo percurso da é realizado por um membro da associação quilombola.

No turismo, o mesmo acontece em T5, a pouco tempo disponibilizam de atrativos turístico visitas, trilhas, camping e rapel, a maioria dos turistas são trazidos por agências de turismo de Campo Grande/MS, a atração mais popular é o sítio arqueológico que pertence ao território. Na agricultura, a principal atividade é a utilização da farinha comunitária, cada produtor é responsável pela produção e comercialização da farinha que normalmente é comercializada em cidades próximas, com extrema importância para o território a associação luta pela regularização e certificação da farinha, além disso, no território possui plantios de verduras e legumes utilizados principalmente para subsistência. Entretanto, percebe-se que atividade turística é a mais atuante no território devida a riqueza da paisagem e da condição histórica.

Ao implementar o Turismo no Espaço Rural nos territórios quilombolas não representa somente a diversificação das atividades agrícolas, mas também um fator de pluriatividade, em conformidade as atividades econômicas e culturais desenvolvidas em ambiente rural, entre elas, a produção do artesanato, produção e venda de produtos tradicionais alimentícios, criação de empregos, manutenção e conservação as paisagens naturais e a preservação das tradições locais (Roque; Vian, 2011).

É possível a criação de novos direcionamentos a partir da resistência, da sociabilidade e da criatividade, personifica um caminho para alcançar a emancipação das comunidades. Assim, consideramos que a inserção do turismo no espaço rural possa fortalecer o processo de emancipação, mesmo com a omissão do Estado, das políticas públicas e da sociedade.

O turismo no espaço rural, compreende ao conjunto de possibilidades turísticas, como o Turismo Rural, Turismo Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Saúde, Turismo Cultura e Turismo Esportivo entre outras modalidades, entretanto, essas são compatíveis as características dos territórios quilombolas da pesquisa. Além da ruralidade nos territórios, o turismo impulsionaria a pluriatividade e diversificação das fontes de trabalho e renda, a preservação da identidade, paisagem e o patrimônio (Santos, 2013).

O turismo cultural pode ser implementado nos territórios observados, a paisagem cultural do território é afetiva, sensorial, simbólica e material (Almeida, 2017). A paisagem cultural demonstra a identidade territorial que os turistas desconhecem ao visitar um território quilombola, “é uma comunidade negra, a pessoa chega e acha que aqui tem um samba, umbanda, senzala, como um verdadeiro negro”. Os territórios quilombolas é cercado de materiais intangíveis, que revelam o cotidiano, os conflitos, festividades e sonoridades, rusticidade e tradições. O turismo cultural precisa ser compatível aos recursos econômicos, sociais e culturais, assim garantem a base alimentar com plantio e consolidação da identidade étnica e cultura.

Nos territórios T1, T4 e T3 o turismo não é exercido, mas são áreas com potencial de desenvolvimento turísticas. Além dos aspectos culturais que podem ser explorados turisticamente nos territórios, Chácara do Buriti, tem potencial para o agroturismo, enquanto T4 e T3, poderiam atuar no turismo pesca, agroturismo e turismo gastronômico, todos os territórios são localizados em áreas de extremo potencial turístico.

Para Haesbaert (1997), com a dinâmica global os espaços são suscetíveis as mudanças, alterando a identidade territorial, inserir novos meios de produção de renda traz alterações territoriais que são conscientes aos indivíduos, pois, conseguem preservar suas essências imaterial, como o lugar, a cultura e a história. Como possibilidade de desenvolvimento territorial, alicerçado a agricultura familiar, os territórios possibilitam a inserção de atividades turísticas, em um processo de reterritorialização, os territórios estão localizados em áreas rurais e ribeirinhas, cercados de ambientes naturais que propiciam lazer e entretenimento (Luchiari, 2002).

Entretanto, nota-se a dependência sobre instituições públicas e privadas, os territórios quilombolas são ancoradas a diversas instituições, que de certa forma limitam e auxiliam em seu desenvolvimento, ao mesmo passo que promovem o desenvolvimento e a conquista de novas possibilidades, os limitam a ter uma condição de causa e efeito, então somente a ação é realizada, se as instituições estiverem unidas e presentes durante todo processo. O processo de emancipação econômica dos territórios só acontecerá quando estiverem consolidados com as atividades da agricultura e turismo, reunir conhecimento técnico e terem acesso a políticas inclusivas e efetivas que contemple todo processo produtivo.

Considerações

A pesquisa teve como objetivo compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em comunidades quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul. Identificou-se que os territórios quilombolas carregam aspectos particulares quanto a cultura, o modo de produção, a fonte de renda, a região que estão localizados, além de toda a trajetória de luta e pertencimento.

As investigações empíricas constataram que há dois fatores importantes para o desenvolvimento dos territórios quilombolas: o reconhecimento territorial e regularização fundiária. As políticas públicas voltadas aos territórios quilombolas auxiliam no desenvolvimento da educação, saúde, habitação e infraestrutura da comunidade, no entanto, são descontinuadas e pontuais, pois não contemplam a realidade os territórios. Com isso, para suprir as deficiências e impulsionar o desenvolvimento territorial, consideramos a possibilidade de inserção do turismo no espaço rural como forma de diversificação produção e promoção ao trabalho e renda.

A finalidade da atividade turística é atrelar as atividades que já ocorrem nos territórios ao turismo. Assim, economicamente a inserção da atividade promoveria a criação de emprego, manutenção e melhoria dos produtos e serviços oferecidos no local e diversificaria as fontes de renda. Ao ambiente natural, geraria a preservação e melhoria na paisagem do meio rural, além do intercâmbio cultural, da manutenção dos costumes e tradições locais, valorização das comunidades quilombola e interesse da sociedade em apoiar os grupos.

Entretanto, apontamos motivações que podem dificultar a inserção da atividade turística nos territórios quilombolas: ausência de garantias que as políticas, diretrizes, normas e regulamentações sejam aplicadas e desenvolvidas de forma eficiente, falha na comunicação entre poder público e os territórios; ausência de

planos gerenciamento, controle e avaliação das atividades agrícolas e turísticas, falta de incentivo financeiro e resistência dos membros do território. Desta forma, com a baixa valorização e visibilidade dos grupos, implementar o turismo nos territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul é a oportunidade de reconhecer a importante função desses grupos para a cadeia do turismo e do agronegócio do estado.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, J. G. F. de. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
- CANDIOTTO, L. Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 7, n. 2, p. 111-131, 2015.
- CÁNOVES, G.; VILLARINO, M.; PRIESTLEY, G.; BLANCO, A. Rural Tourism in Spain: an analysis of recent evolution. Elsevier, **Geoforum**, v. 35, p. 755-769, 2004.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa & projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DENEZ, C. C. **O território em disputa: territorialidades, redes sociais e grupos políticos de Ivaiporã/PR (2000/2012)**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, 2016.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.
- HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médica Sul Ltda; Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- MORAIS, H. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n.1, p. 206-222, 2018.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: atlas, 2017.
- SACK, R. D. Human territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, mar., 1983.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D., M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.
- STAKE, R. E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research**. London: Sage Publications, 2005.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 1990.
- ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus, 2000. p. 127-142 (Turismo).